PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2017

(Da Sra. Josi Nunes)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o licenciamento de veículo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os arts. 131 e 230 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o licenciamento de veículo.

Art. 2º A Lei nº 9.503, de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – Alteração no § 2º do art. 131:

“Art. _____ 131.

.....
.....

§ 2º *O veículo somente será considerado licenciado estando quitados os débitos relativos a encargos e multas, de trânsito e ambientais, vinculados ao veículo, independentemente da responsabilidade pelas infrações cometidas.*

.....”

(NR)

II – Alteração do art. 230:

“Art. 230. *Conduzir o veículo:*

.....
V – que não esteja registrado;

.....

XXV – sem que esteja licenciado:

Infração – Gravíssima;

Penalidade – multa.

.....”
(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 131 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), vide a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, sujeita a emissão do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), ao pagamento antecipado dos débitos fiscais, que incluem impostos, dos encargos e das multas de trânsito e ambientais, vinculados ao veículo. Para assegurar o recebimento dessas obrigações, o CTB estabeleceu sanções aos infratores, que incluem multa gravíssima, no valor de R\$ 293,47, a anotação de sete pontos, dela equivalentes, no prontuário do condutor e a remoção do veículo para depósito.

Se fizermos um paralelo entre a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que é devido ao Poder Executivo Municipal pela propriedade de imóvel nas áreas urbanas, e o Imposto sobre a Propriedade do Veículo Automotor (IPVA), verificamos que a falta de pagamento do primeiro não redundava em qualquer prejuízo de propriedade sobre o imóvel. No entanto, o não pagamento do IPVA incorre na suspensão da emissão do CRLV, renovável anualmente e, em caso de fiscalização do trânsito, ao pagamento de multa e recolhimento do veículo.

Então, defendemos tratamento similar em relação aos bens possuídos, sendo contrários à medida administrativa vigente de remoção do veículo, no caso de atraso de pagamento do IPVA e atraso do licenciamento anual.

Prevemos que as exigências para a emissão dos documentos obrigatórios dos veículos limitem-se somente ao pagamento dos encargos, taxas e multas devidas, tanto as relativas ao trânsito quanto as vinculadas ao meio ambiente.

Para a desatualização do CRLV, propomos apenas a aplicação da penalidade de multa gravíssima, sem a medida administrativa de remoção do veículo, mediante a retirada de menção do licenciamento no inciso V do art. 230 e aposição do inciso XXV.

Essas são as razões que fundamentam a apresentação deste projeto de lei, o qual esperamos ver aprovado com o apoio dos nossos Pares.

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputada JOSI NUNES